

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE  
BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES

ALINE LUANA DE OLIVEIRA CHAVES

**AGRONEGÓCIO E A LGBTI+FOBIA NO CAMPO**

**UFPR**

**2023**

ALINE LUANA DE OLIVEIRA CHAVES

**AGRONEGÓCIO E A LGBTI+FOBIA NO CAMPO**

Artigo apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Educação do Campo e a Realidade Brasileira, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Ândrea Francine Batista



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A  
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS  
PENSADORES - 40001016329E1

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **ALINE LUANA DE OLIVEIRA CHAVES** intitulada: **AGRONEGÓCIO E A LGBTI+FOBIA NO CAMPO**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO**, com conceito **APL** no rito de defesa. A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 16 de Dezembro de 2023.

ANDREA FRANCINE BATISTA  
Presidente da Banca Examinadora

VANESSA FIORINI  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS  
Avaliador Externo (UFPR)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** VANESSA FIORINI  
Data: 28/12/2023 13:07:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANDREA FRANCINE BATISTA  
Data: 28/12/2023 10:19:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS RIBA  
Data: 28/12/2023 15:04:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

## RESUMO

Este artigo objetiva trazer reflexões acerca da violência produzida pelo sistema capitalista, tendo como foco seu modelo de agricultura - o agronegócio - que tem como pilares a propriedade da terra e a posse dos corpos, a produção de *comodities*, a monocultura, a transgenia e o uso de agrotóxico, bem como a transnacionalização. Como o agronegócio abrange as dimensões econômica, política e cultural, é fundamental ressaltar como ele vem potencializando a cultura heterossexista, machista, racista e LGBTI+fóbica junto à classe trabalhadora do campo em suas diferentes expressões. Numa sociedade de base capitalista, patriarcal, heterossexista e racista, estas violências podem se interseccionar nos corpos da população LGBTI+ que vive no campo com maior intensidade, contribuindo para o agravamento da violência de gênero diante de outras violências perpetradas através dos conflitos agrários. A resistência e a luta pela terra, é território de militância da autora deste trabalho, que, filha de assentados da Reforma Agrária, atua no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No processo histórico da luta pela Reforma Agrária Popular, justiça social e soberania alimentar, tem aprendido, estudado e construído ações em torno da Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, a fim de fortalecer a participação das LGBTI+ na luta organizada. O artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, compreendendo que o tema em destaque é histórico e atravessado por aspectos ideológicos, veiculando interesses e visões de mundo.

**Palavras-chaves:** Agronegócio; LGBTI+fobia; Movimentos Sociais do Campo

## RESUMEN

El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la violencia producida por el sistema capitalista, centrándose en su modelo de agricultura - agroindustria - que tiene como pilares la propiedad de la tierra y de los cuerpos, la producción de mercancías, los monocultivos, los transgénicos y el uso de pesticidas, así como como transnacionalización. Como el agronegocio abarca dimensiones económicas, políticas y culturales, es fundamental destacar cómo ha venido potenciando la cultura heterosexista, sexista, racista y LGBTI+fóbica con la clase trabajadora del campo en sus diferentes expresiones. En una sociedad capitalista, patriarcal, heterosexista y racista, esta violencia puede cruzarse en los cuerpos de la población LGBTI+ que vive en el campo con mayor intensidad, contribuyendo al agravamiento de la violencia de género frente a otras violencias perpetradas a través de los conflictos agrarios. La resistencia y la lucha por la tierra es el territorio de militancia de la autora de esta obra, quien, como hija de colonos de la Reforma Agraria, trabaja en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. En el proceso histórico de lucha por la Reforma Agraria Popular, la justicia social y la soberanía alimentaria, ha aprendido, estudiado y construido acciones en torno a la Diversidad Sexual y la Identidad de Género, con el fin de fortalecer la participación de las personas LGBTI+ en la lucha organizada. El artículo fue desarrollado a partir de una investigación bibliográfica y documental, entendiendo que el tema destacado es histórico y atravesado por aspectos ideológicos, transmitiendo intereses y cosmovisiones.

**Palabras llaves:** Agronegocio; LGBTI+fobia; Movimientos Sociales del Campo

## ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on the violence produced by the capitalist system, focusing on its model of agriculture - agribusiness - which has as its pillars the ownership of land and the possession of bodies, the production of commodities, monoculture, transgenics and the use of pesticides, as well as transnationalization. As agribusiness encompasses economic, political and cultural dimensions, it is essential to emphasize how it has been enhancing heterosexist, sexist, racist and LGBTI+phobic culture with the rural working class in its different expressions. In a capitalist, patriarchal, heterosexist and racist society, this violence can intersect in the bodies of the LGBTI+ population that lives in a field with greater intensity, contributing to the aggravation of gender violence in the face of other violence perpetrated through agrarian conflicts. Resistance and the struggle for land is the militancy territory of the author of this work, who, as the daughter of Agrarian Reform settlers, works in the Landless Rural Workers Movement. In the historical process of the struggle for Popular Agrarian Reform, social justice and food sovereignty, it has learned, studied and built actions around Sexual Diversity and Gender Identity, in order to strengthen the participation of LGBTI+ in the organized struggle. The article was developed from a bibliographical and documental research, understanding that the highlighted theme is historical and crossed by ideological aspects, conveying interests and worldviews.

**Keywords:** Agribusiness; LGBTI+phobia; Social Movements of the Countryside

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01** – Keno (LGBT Sem Terra MST/PB) - Assentamento Popular Vanderlei Caixe, Município de Pedras de Fogo - PB ..... 11
- Figura 02** - 3º Seminário Diversidade Sexual na Via Campesina Brasil - ENFF .... 14
- Figura 03** – Cartaz da campanha contra a LGBTI+fobia no campo - Construção dos Coletivos do MST e Via Campesina Brasil ..... 16

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
01. AGRONEGÓCIO: COLUNA VERTEBRAL DO CAPITALISMO AGRÁRIO .....	03
02. A LGBTI+FOBIA NO CAMPO .....	08
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS .....	19

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar a violência no sistema capitalista, tendo como foco seu modelo de agricultura - o agronegócio. Para tanto, tal análise terá como foco o cerne do agronegócio, a saber: a propriedade da terra e a posse dos corpos que são associados a outras características que lhe são inerentes, como a produção de *comodities*, a monocultura, a transgenia, o uso do agrotóxico e a transnacionalização. Afirmamos em nossa escrita, a partir da experiência constituída na larga trajetória da luta pela terra e pela Reforma Agrária, que o agronegócio, como uma forma de expressão do capitalismo contemporâneo, traz em seus pilares o machismo, o racismo e a LGBTI+fobia<sup>1</sup>- violências estas que podem se interseccionar<sup>2</sup> nos corpos da população LGBTI+ do campo, especialmente quando se trata da classe trabalhadora em suas múltiplas expressões, sendo ela camponesa, quilombola, indígena, ribeirinha, ou pertencente a outra comunidade tradicional.

Tal artigo não pretende realizar uma análise histórica da opressão e da violência sofridas por sujeitos diversos pelo sistema capitalista, mas explicitar a história e a vida de sujeitos que, ao empunhar a bandeira de ser livre para amar e viver, foram torturados, obrigados a “voltar para o armário”, e mortos pela fria lâmina do patriarcado. Tais sujeitos ainda resistem em tantos rincões desse Brasil, ousando resistir, lutar e defender a bandeira do amor, do respeito e da vida. Aprenderam, estes sujeitos, que mais vale caminharem juntos porque, se sozinhos andamos bem, com as outras, outros e outres, andamos melhor. A resistência em sua forma coletiva, coloca a luta em outro patamar, indicando sínteses históricas e desafios comuns quando nos referimos ao processo de emancipação humana.

Ao ter o agronegócio como tema central e expressão da concentração de

---

<sup>1</sup> Usamos a terminologia LGBTI+fobia para nos referir à lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia. Elas sugerem práticas e posturas de aversão, repugnância, ódio e preconceito que algumas pessoas ou grupos nutrem contra as LGBTI+.

<sup>2</sup> Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 53).

renda no capitalismo contemporâneo, não podemos tratá-lo apenas em sua dimensão econômica, mas compreendê-lo em sua dimensão política e cultural. Cultura aqui tem uma dimensão central, ou seja, é entendida como uma forma de organizar a vida, instituindo disputas ideológicas, estruturas de dominação, e também de resistência. Segundo Percassi, Bonassa e Guilherme (2021):

Cultura é a produção e reprodução da existência humana em determinado contexto histórico. É prática social, e justamente em suas relações e mediações é que se desenvolve o processo organizativo da vida: o que e como se planta, come, estuda, aprende; como se cuida das crianças e idosos; como se faz arte, crenças, hábitos, a forma de fazer política. Os seres humanos desenvolvem sua humanidade através da cultura, que por sua vez constitui os mesmos seres humanos em uma relação dialética, de práxis social. (PERCASSI, BONASSA; GUILHERME, 2021, p. 289).

Queremos contribuir, portanto, para a constituição de um olhar que identifique como o agronegócio reforça a cultura de dominação e exploração no capitalismo, que estruturado no patriarcado, no individualismo, e no racismo, se expressa em múltiplas formas de opressão, convergindo várias formas de violência. No caso de nosso tema, as violências estabelecidas pelos conflitos agrários na atualidade em articulação com as violências contra determinados corpos e com suas formas de expressão. Portanto, centraremos a discussão nos corpos de seres humanos que apresentam diversidade sexual e de gênero, visto que tais “*relações de gênero e sexualidade atravessam o cotidiano e o conjunto das práticas sociais*” (ALVES, ASSUNÇÃO E PAZ, 2021, p. 315).

O que se deseja explicitar, portanto, é que a LGBT+fobia contra os sujeitos LGBTI+ que vivem no campo são potencializadas pelas bases patriarcais, heterossexistas da sociedade capitalista, contribuindo para o agravamento da violência de gênero.

O recorte populacional relativo aos LGBTI+ do Campo se justifica por ser o território de militância em que a autora se encontra. Como filha de assentados, militante desde a infância, me constituí nesse sujeito coletivo que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse Movimento, com suas contradições, complexidades e potencialidades, instituímos, há dez anos, o Coletivo LGBTI+ Sem Terra, explicitando que não há possibilidades de criar uma nova sociedade pautada em novas relações entre seres humanos, sem considerar a diversidade de sujeitos que a compõem. Para criar uma sociedade igualitária e solidária, com territórios livres de opressões e violências, há que se considerar e legitimar as diferenças que a

constituem, respeitando as formas dos corpos humanos se expressarem.

Na constituição dessa luta, fomos refletindo teoricamente e configurando experiências organizativas junto a outros coletivos LGBTI+ de Movimentos Sociais do Campo que vêm contribuindo no processo de trabalho de base e na formação humana de camponeses e camponesas, a fim de contribuir na constituição de territórios emancipados, livres de violência.

Diante desse desafio, para organizar o presente texto, buscamos realizar uma pesquisa bibliográfica que nos possibilitou uma aproximação sucessiva da realidade, compreendendo-a em sua dimensão histórica. Nesse sentido, sabemos que o sujeito coletivo de nosso estudo é histórico, possui uma consciência histórica a partir de sua práxis de resistência, ou seja, homens e mulheres que atribuem sentido, significados e intencionalidades no que se refere à mediação existente entre luta pela terra e Diversidade Sexual e de Gênero.

Nesta perspectiva, o agronegócio como expressão atual do desenvolvimento do capitalismo no campo, por estar localizado historicamente, pode ser modificado através da luta. Também compreendemos que nosso tema está circunscrito na área de conhecimento das ciências sociais, e por isso é atravessado por um caráter ideológico, ou seja, irá veicular os interesses e as visões de mundo (MINAYO, 1994). No caso do agronegócio e da própria LGBTfobia, pautados na ideologia dominante do sistema capitalista, patriarcal e racista.

Como parte de nossa metodologia, também nos referenciamos na pesquisa documental, especialmente na produção do MST e do Coletivo LGBTI+ desta organização, ou seja, por esse sujeito coletivo que vem contribuindo na construção de alinhamentos políticos, estudos e práticas que possam contribuir para a construção de novas relações sociais na perspectiva da emancipação humana.

## **01. AGRONEGÓCIO: COLUNA VERTEBRAL DO CAPITALISMO AGRÁRIO**

O exercício de tecer elaborações sobre a sociedade capitalista e o agronegócio não é um processo fácil. Torna-se uma tarefa ainda mais complexa demonstrar como este contribui na instauração de relações desiguais e violentas sobre seres humanos concretos, instituindo hierarquizações sobre quem deve viver e morrer, quem merece

comer ou passar fome, quem pode entrar pela porta da frente ou dos fundos, quem pode estar no centro ou nas periferias. Ou seja, o capitalismo e sua coluna vertebral - o agronegócio - age de forma a explorar, expropriar e violentar trabalhadoras e trabalhadores, convergindo as múltiplas determinações na composição dessa classe, sejam elas pessoas negras, mulheres, a população LGBTI+, camponesas e camponeses, indígenas, quilombolas e/ou outras comunidades tradicionais.

Entender o papel do agronegócio nos exige desnudar alguns elementos do processo de constituição do capitalismo contemporâneo. O capitalismo tem como características principais a propriedade privada dos meios de produção, a exploração e expropriação das trabalhadoras e trabalhadores, e, a circulação de mercadorias visando principalmente o lucro. Ao longo da história, o capital foi desenvolvendo seu modo de apropriação e acúmulo de riqueza. As crises que este sistema produz, constituem-se de maneira cíclica, devido à sua forma de funcionar (MARQUES, 2017).

É nas entranhas da crise do sistema feudal que nasce a forma societária capitalista. A propriedade privada, que nasce no mesmo contexto do surgimento do Estado e da família, estabelecendo na história a primeira forma da sociedade de classes, o escravismo assume no feudalismo uma configuração diferente, mas sob as mesmas bases de dominação. (ENGELS, 1984). O longo período de transição da forma feudal para a sociedade capitalista, foi marcada por processos intensos de expropriação de terras dos camponeses, da mercantilização de terras e da força de trabalho. (MARX, 2001). A subjugação do trabalhador que ocorria na forma da servidão durante o período feudal, se configurava agora como mão de obra expropriada da terra e dos meios de produção que necessita vender sua força e tempo de trabalho em troca de um salário. A usurpação foi acompanhada por uma legislação que aterrorizou e domesticou os corpos dos trabalhadores, que sofriam torturas para o seu adestramento. (MARX, 2017)

Como afirma Marx (2017) “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”. (MARX, 2017. p. 962). No final do Século XV, o roubo das terras comunais foi estabelecido junto aos métodos de dominação mais brutais, estabelecendo prisões por vagabundagem àqueles e àquelas que não se incorporassem na forma de exploração que nascia. Estes poderiam ser submetidos ao trabalho forçado, inclusive com a marca a ferro e fogo na pele identificando-os como escravos. Eles poderiam ser acorrentados ou açoitados para que não fugissem, baseados em estatutos que garantiam essa forma de emprego em

troca de comida e bebida. Encarceramento e açoitamento eram comuns nesse processo, que se configurou como parte da acumulação primitiva de capital. (MARX, 2017).

A colonização, também compõe a acumulação primitiva de capital. No caso do Brasil, a partir da colonização, a apropriação das terras, a expropriação, a escravização dos povos originários e africanos, marcaram a reconfiguração social nesse território. Uma elite monopolista foi se formando sob as bases da exploração da terra que é extensa e variada. Desde sua invasão pelos europeus, os grandes proprietários rurais controlaram a economia, pois, para os indivíduos titulares da propriedade rural foram gerados os mecanismos de exploração primária e secundária, como o trabalho assalariado, o latifúndio e a militarizada autoridade pública. A expansão dos latifúndios e outros territórios para centralização de capital gerou a expulsão dos camponeses e a desocupação compulsória dos espaços de produção e de vida que estes ocupavam.

A ofensiva neoliberal potencializa a capacidade de destruição no campo, explorando os bens naturais, explorando a terra e visando o lucro. A partir da década de 1970, uma série de estratégias são constituídas - a Revolução Verde, uma forte tecnologia de produção de transgênicos, o uso massivo de agrotóxicos com o objetivo de potencializar grandes lucros para as transnacionais, à custa de graves consequências para a humanidade.

Na década de 1980, a ideia de industrialização na agricultura se torna hegemônica, opondo-se à concepção anticíclica do setor (LEITE E MEDEIROS, 2012). A partir da década de 1990, o termo agricultura, assim como o termo agropecuária passa a ser substituído por agroindústria, tornando hegemônica a associação entre insumos e produtos, ou melhor, o processo de industrialização da agricultura. Segundo Heredia, Palmeira e Leite (*apud* LEITE E MEDEIROS, 2012), o agronegócio irá potencializar esta concepção, em que a industrialização toma uma relevância muito maior que a questão agrícola. Para que esta perspectiva se torne hegemônica, uma série de elementos anteriores precisam ser exterminados, visto serem símbolos de atraso e obsolescência - os agricultores familiares, os assentados, da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais.

Ao longo dos anos 2000, além da incorporação da tecnologia à produção agrícola, outras estratégias foram sendo somadas para que o agronegócio se tornasse dominante, através do controle de áreas cada vez mais extensas, associando, muitas

vezes, tal concentração ao controle de empresas internacionais (LEITE E MEDEIROS, 2012). É importante frisar que as classes dominantes nacionais, submissas e subordinadas ao capital internacional (FERNANDES, 1976) se apropriam do Estado, configurando práticas, mecanismos e instrumentos que viabilizam seu próprio enriquecimento.

Na atual conjuntura, a crise energética do capitalismo no mundo instaura grandes contradições entre os próprios países capitalistas, afetando o campo, a terra e quem nela trabalha. Modernizou-se o pacote tecnológico destinado à produção no campo, mas não as relações de trabalho que, no caso da sociedade brasileira, acentua o aspecto da desigualdade social, que se expressa na irresponsabilidade social das elites, e na distância entre ricos e pobres, potencializando o enriquecimento da classe burguesa às custas do empobrecimento da classe trabalhadora (STÉDILE, 2021).

Como dito anteriormente, há uma relação intrínseca do agronegócio enquanto este modelo de agricultura que representa o capital, e a deterioração da natureza, da vida dos camponeses e camponesas, e das formas de se instituir as relações humanas.

Segundo Marques (2017), o agronegócio vende uma ideia de lucro fácil e rápido, e tem sido a grande chave do sistema capitalista para sua manutenção. O agronegócio instaura um caráter antidemocrático no Estado, monopoliza seus órgãos e políticas. Desta maneira, manipulando as estruturas para a expansão desenfreada da monocultura somado à utilização de grandes cargas de agrotóxicos letais para a vida e a biodiversidade, invisibiliza e inviabiliza a agricultura familiar e camponesa, que é a verdadeira responsável pela produção de alimentos para o país. Ou seja, quanto mais avançado o desenvolvimento do capitalismo no campo, concentrando milhões de hectares de terras, acessando políticas públicas a partir das relações “governamentistas” sob a pressão da grande bancada ruralista do congresso, mais a agricultura familiar, e os sujeitos responsáveis por essa prática - que têm como base a relação do ser humano com a natureza, a comunidade, respeitando a biodiversidade - desaparecem.

Este modelo de produção é também um sistema opressor e explorador que não considera as relações humanas que permeiam os modos de agricultura camponesa. Está na gênese do agronegócio a propriedade privada, a posse dos corpos existentes no campo por meio da violência estabelecida a partir dos valores culturais conservadores, da divisão sexual do trabalho, caracterizada pelas particularidades do

ser humano e sua diferenciação biológica.

As lutas camponesas sofreram, no decorrer da história, com a violência do latifúndio. À medida que o processo de exploração foi avançando, foi-se também crescendo a resistência no campo, o que aumenta a perseguição e a criminalização de camponesas e camponeses. A violência no campo é um elemento sobre o qual se sustenta o agronegócio: assassinatos e prisões de camponeses e camponesas e o redirecionamento dos recursos públicos para o agronegócio, deixando a população do campo sem possibilidade de acesso a créditos e mercado.

Segundo o relatório de Conflitos no Campo (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2023), as violências geradas pelos conflitos de terra tiveram aumento significativo, tornando-se o maior período de casos do século XXI. Esses dados indicam que:

Em 2022, registramos 47 assassinatos em conflitos no campo, um crescimento de 30,56% na comparação com o ano de 2021, no qual 36 pessoas foram vítimas dessa violência extremada. No ano de 2022, pelos registros da CPT, houve ainda um aumento de 272,73% nos números de tentativas de assassinato – passando de 33 para 123 pessoas – e de 43,06% nos números de ameaças de morte – de 144, em 2021, para 206 pessoas ameaçadas em 2022. No caso das tentativas de assassinatos, é o maior número desse tipo de violência registrado em todo o século XXI. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2023, p.45),

Os conflitos agrários na atualidade têm como base a posse/ propriedade da terra e dos recursos naturais, como a água, o minério e a biodiversidade. A terra, expropriada, apropriada, e usurpada desde a acumulação primitiva do sistema capitalista, continua como eixo central das disputas territoriais. As violências que decorrem destes conflitos no campo se associam a outras formas de violência inerentes à formação socioeconômica e política do Brasil, como o racismo e o patriarcado.

O marco da violência sofrido pela população camponesa, principalmente a população LGBTI+ está principalmente vinculado a cultura machista que perpetra o modo de vida camponês, onde a configuração familiar a partir do sistema patriarcal, reforça a ideia do homem, hétero formador de família em um sistema binário e a mulher como a ajudante no trabalho no campo, cuidadora da casa. A indústria cultural da onda sertaneja universitária (reflexo do avanço cultural no agronegócio), também reforça a os estereótipos heterossexuais, o binarismo, garantindo assim, o distanciamento e ou expulsão daquelas e aqueles que não estão conformados nessa identidade de gênero

ou orientação sexual, ou ainda reforçando a violência sobre estas pessoas.

Assim, é fundamental destacar que infelizmente há outras formas de violências que atingem a população camponesa que não são contabilizadas, como o caso da violência de gênero sobre os corpos das mulheres e, ainda mais invisibilizada, a LGBTI+fobia - tema da próxima seção.

## **02.A LGBTI+FOBIA NO CAMPO**

A LGBTI+fobia é um dos resultados das estruturas de exploração e opressão que conformam a sociedade e é reproduzida na forma de desconhecimento, alienação, valores morais, baseados em argumentos do senso comum, com cunho religioso, pela invisibilidade, ignorância e preconceito. Falar da violência sobre a população LGBTI+ no campo, nos coloca desafios imensos e complexos, pois, também no campo se constitui o enraizamento profundo das violências, a partir da divisão sexual do trabalho, da propriedade privada, da indústria cultural do agronegócio, influenciadas por valores patriarcais.

A violência é um fenômeno histórico, socialmente construído que pode ser compreendido a partir da análise das relações socioeconômicas, políticas e culturais. Atravessada pela ideologia dominante, se manifesta na materialidade das relações sociais e na opressão dos corpos.

Algumas populações se tornam mais vulneráveis à violência do que outras. Os preconceitos e discriminações as quais constantemente são submetidas as pessoas negras, as mulheres, LGBTI+, indígenas, que não se enquadram no padrão homem, branco, hétero, cisgênero, são formas de violência que se manifestam por vezes de maneira sutil, por vezes direta e aberta, e por vezes na expressão máxima da eliminação da diferença através do assassinato. São múltiplas as formas de violência que materializam a ideologia dominante. As lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI+) estão particularmente expostas à discriminação, ao abuso, ao risco de maus tratos ou mesmo à tortura, perseguições e assassinatos na sociedade capitalista contemporânea. Tais violências se expressam tanto no campo quanto na cidade.

O patriarcado, em sua concepção histórica, é um sistema de dominação e

opressão do homem sobre a mulher, ou seja, a prática do poder nas relações humanas. Para Delphy (2009), “Patriarcado vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arché* (origem e comando)”. Numa perspectiva feminista, é a “formação social em que homens detêm o poder” (DELPHY, 2009, p. 273). O patriarcado é um sistema de organização social, cultural e econômico, que é anterior ao capitalismo. Contudo, é na ordem do sistema capitalista que ele se torna funcional para a manutenção da exploração, da dominação e da opressão dos corpos não cis-hetero.

Na divisão sexual do trabalho, ele se expressa a partir das determinações biológicas de que o homem é mais forte, sendo, então, responsabilizado pelo serviço externo, provedor da casa e provedor da família. Já à mulher lhe cabia o trabalho doméstico e a criação dos filhos. Federici (2017) afirma que no desenvolvimento do capitalismo, a divisão sexual do trabalho se ressignifica e diferencia não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam executar - divisão sexual dentro da força de trabalho, como também suas experiências e relações com outros setores da classe trabalhadora. Evidencia-se, assim, a relação de poder como condição da acumulação capitalista.

A heterossexualidade é uma exigência do patriarcado, se conformando um sistema, já o heterossexismo, significa:

[...] a promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade. O heterossexismo organiza o modo pelo qual homens e mulheres vivem a sua sexualidade e, portanto, é um dos pilares fundamentais das relações patriarcais de gênero (WELZER-LANG, 2000, p. 467)

Assim, sob o capitalismo, corpos que divergem dessa ordem precisam ser regulados e, para tanto, um conjunto de estruturas precisam ser construídas para tal. É neste cenário que se destacam a dimensão cultural, como fator, que nutrido por uma perspectiva conservadora, avança contra a liberdade das sexualidades.

Partindo da premissa de que o patriarcado é um dos pilares estruturantes das relações de modo de produção do capital, assim como a perpetuação da divisão sexual do trabalho e o heterossexismo, podemos também afirmar que o sistema capitalista - que transforma a terra, os recursos naturais e minerais em mercadoria -, incorpora aspectos do patriarcado e do racismo para dominar, controlar e escravizar os seres humanos.

Ao tratar da violência contra os povos do campo, principalmente da população

LGBTI+ que vivem nesse contexto, muito se questiona se existem pessoas LGBTI+ no campo, e se esses sujeitos sofrem as mesmas violências que as pessoas LGBTI+ dos centros urbanos e periferias. A questão não é o quanto sofrem violência em termos de números, e sim, o fator que permite serem violentadas e invisibilizadas.

Os camponeses e camponesas têm raça-etnia, orientação sexual, identidade de gênero e conformam uma sociedade de classes, que garante a divisão sexual do trabalho e reforça a dominação de um tipo de humano sob outro. Situação essa que gera a intolerância, o preconceito e a violência contra todos e todas que não se encaixam no modelo tido como “correto” ditado por esta sociedade: homem, burguês, branco, heterossexual, provedor do lar, proprietário dos bens e do corpo da mulher.

Os Movimentos Sociais do campo a partir de seu processo histórico de luta pela terra, por reforma agrária, justiça social e soberania alimentar, têm aprendido, estudado e construído ações em torno do tema Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, para o fortalecimento e participação das LGBTI+ na luta organizada.

Segundo Mariano e Paz (2018),

As experiências coletivas que os movimentos populares acumularam ao longo de sua história, também contribuem para fazer avançar o debate em torno da diversidade sexual e de gênero. Exemplo disso é que se seguiram os caminhos, as instâncias e o método acumulado pelo MST. Esse processo coletivo potencializa as formulações, o trabalho de base e o enraizamento, fugindo de algumas fragilidades como o personalismo. [...] A participação de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis no MST não é tão recente quanto a sua auto-organização. Na história do Movimento podem ser encontradas/os muitas/os militantes e dirigentes LGBT que tiveram – e têm – suas trajetórias entrecortadas por uma série de conquistas, mas, também preconceitos e discriminações. (MARIANO; PAZ, 2018, p. 210)

Experiências como a do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com a campanha “Mulheres Sem Terra contra os vírus e as violências” e a organização do Coletivo LGBTI+ Sem Terra, têm acumulado politicamente sobre o tema.

O Coletivo LGBTI+ do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tem como marco originário o I Seminário Nacional “O MST e a Diversidade Sexual e de gênero”, realizado em agosto de 2015, que teve por objetivos: a) Ser um espaço de articulação, formação e elaboração sobre a pauta da diversidade sexual e de gênero no MST, tendo interface organizativa com o Setor de Gênero; b) Fortalecer a luta do MST contra o agronegócio, pela reforma agrária popular e a construção de territórios livres de exploração e opressão e a formulação de táticas, ações de enfrentamento à

lesbofobia, transfobia e bifobia, o machismo e o racismo no campo e nos espaços da organização; c) Potencializar a formação política e ideológica de militantes LGBTs, para contribuírem nas diversas tarefas organizativas do movimento (MST, 2017, p. 14)

**Figura 01 - Keno (LGBT Sem Terra MST/PB)**  
**Assentamento Popular Vanderlei Caixe, Município de Pedras de Fogo - PB**



Fonte: Ano: 2017/Crédito: Rafael Stédile

A partir deste seminário, o coletivo criou um grupo de estudos composto por militantes LGBTI+ do MST que atuavam em diversos setores da organização com o objetivo de aprofundar os temas relacionados ao debate sobre diversidade sexual, bem como pensar nos processos de formação e auto-organização de LGBTI+ Sem Terra, apresentando questões sobre o seu protagonismo político e o enfrentamento de preconceitos e discriminações.

Os cursos de formação política para os sujeitos LGBTI+ do campo que se seguiram nos anos seguintes, os/as levaram a ocupar espaços de decisão dentro da organização, recuperar processos históricos, e se posicionar politicamente sobre seus corpos e identidades, no processo coletivo de luta pela terra. Conforme MST (2017):

A identidade Sem Terra como sujeito coletivo é também composta pela expressão da identidade de cada uma e cada um, dentro das suas particularidades, que são resultados da construção histórica consciente da nossa humanidade, da liberdade sentida e exercida sem medo, ou seja, a

liberdade de vivermos nossos sentimentos e nossas convicções no espaço da organização política e nas ruas. Assim como rompemos com as cercas do latifúndio que concentram a terra, o poder e a riqueza, é preciso romper com as cercas que nos impedem de viver e amar (MST, 2017, p. 20)

Mesmo um movimento de massas, o MST e os sujeitos que o constroem não estão dissociados da sociedade e das relações recrudescidas pelo sistema. É necessário o trabalho e formação permanente para que a compreensão e a prática da superação das violências sejam cotidianas. Na unidade das organizações camponesas, indígenas e quilombolas na luta contra o capitalismo, o agro-hidro-minério-negócio e as violências do patriarcado e racismo, os movimentos sociais que compõem a Via Campesina Brasil<sup>3</sup> a partir de espaços de formação e lutas conjuntas iniciaram em 2019 o debate coletivo sobre a diversidade sexual.

No início da pandemia de Covid-19, em 2020, os sujeitos LGBTI+ iniciam as conspirações acerca de como tratar o tema da diversidade sexual e de gênero junto às organizações que compõem a Via, e qual o compromisso da organização junto a esses sujeitos. A partir do resgate da memória de espaços de auto-organização, das vivências e os acúmulos de debate, como do coletivo LGBTI+ do MST, a Via Campesina, através do coletivo LGBTI+ organiza e lança a cartilha “Diversidade Sexual e de gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo”.

Esta cartilha visibiliza a existência dos corpos das pessoas LGBTI+ no processo da luta e retomada da terra e território, nos movimentos indígena, quilombolas e camponeses. Ela evidencia os desafios que o conjunto da organização da Via Campesina precisa tomar como tarefa, identificando os aspectos que oprimem os sujeitos que fazem a luta pela libertação, questionando e logo, desnaturalizando as relações de opressão para não serem reproduzidas em nosso meio. Conforme descrito na cartilha como contribuição para o avanço do tema na organização, propõe-se:

1. Ampliar a compreensão dos camponeses e camponesas a respeito da intersecção entre capitalismo, patriarcado e racismo, compreendendo este como base da opressão e exploração à qual a classe trabalhadora está submetida neste sistema, para assim travar lutas mais radicais (ir à raiz);
2. Possibilitar a ampliação da formação sobre sexualidade humana, no sentido de compreendê-la como dimensão da humanidade e a diversidade que se expressa em orientações sexuais (heterossexualidade, bissexualidade, homossexualidade, assexualidade) e nas identidades de gênero (homem, mulher, transexuais ou travestis);
3. Proporcionar um projeto de campo e de sociedade com relações igualitárias

---

<sup>3</sup> A Via Campesina é um instrumento de luta dos camponeses e camponesas do Brasil e do Mundo.

- de gênero, entre homens e mulheres e pessoas transexuais e não binárias;
4. Assegurar a existência das LGBTI nas comunidades camponesas, para que possam viver na terra, produzir alimentos saudáveis e viver sem estigmas;
  5. Respeitar e assegurar o direito à livre vivência das diversas formas de ser e amar dos seres humanos, garantindo que estes possam constituir famílias entre pessoas do mesmo sexo, ou outras formas de núcleos e relações afetivas, tendo direito civil e sendo considerados sujeitos de direito à vida, a produzir e viver no campo;
  6. Respeitar e assegurar existência de travestis, assim como de homens e mulheres transexuais no campo e nas organizações, respeitando o uso do nome social e sendo tratado pelo gênero com o qual se identifica;
  7. Coibir práticas LGBTIfóbicas nas atividades da Via Campesina, bem como fortalecer a participação das LGBTI's com a constituição do Coletivo LGBTI da Via Campesina, estimulando a realização de escolas de formação de LGBTI e outros espaços de auto-organização destes sujeitos;
  8. Impulsar o debate sobre diversidade sexual e de gênero também na CLOC e na Via Campesina internacional, a fim de integrar esta pauta na plataforma de luta global dos camponeses e camponesas.
  9. Avançar na compreensão e construção do feminismo camponês e popular, sendo nosso instrumento de luta feminista, popular, antirracista e antiLGBTIfóbico;
  10. Lutar contra a criminalização da homossexualidade, bissexualidade e transexualidade no mundo, agregando na luta camponesa o respeito a toda a forma de ser, viver e amar do gênero humano. (VIA CAMPESINA, 2020, pp.41-43).

O Coletivo LGBTI+ da Via Campesina tem obtido avanços no intuito de organizar os sujeitos LGBTI+ do campo, das águas e florestas, com o compromisso da pauta de luta pela soberania alimentar, do direito ao acesso à terra e território e à formação política. As fronteiras nacionais já não existem e a construção coletiva tem avançado na América Latina dentro das organizações que compõem a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC), que é a organização a nível de América Latina e Caribe dentro da estrutura da La Via Campesina Internacional.

Em novembro de 2022, ocorreu o 3º Seminário Diversidade Sexual na Via Campesina Brasil, espaço que contou com a participação de 60 pessoas LGBTI+ do campo das águas e florestas do Brasil e da América Latina. Neste seminário o objetivo foi discutir o processo de auto-organização e o fortalecimento da pauta da diversidade sexual e de gênero nas lutas dos povos do campo, das águas e das florestas e intercambiar experiências entre as LGBTI da Via Campesina Internacional, para iniciar a construção de uma articulação internacional das LGBTI+ camponesas. Ainda neste mesmo seminário e em construção com os movimentos camponeses da América Latina, o coletivo LGBTI+ da Via Campesina construiu um documento norteador para estudo do tema na Assembleia da coordenação da CLOC-LVC, que resultou na inserção dos sujeitos LGBTI+ enquanto um coletivo organizado dentro da estrutura da organização.

**Figura 02 - 3º Seminário Diversidade Sexual na Via Campesina Brasil - ENFF**



Créditos: Setor de Comunicação do MST

Desde a pandemia, quando a crise sanitária nos obrigou a estar isolados em nossas casas e comunidades, se tornou visível as violências sofridas por mulheres, crianças, idosos, sujeitos LGBTI+. Diante dos casos, de violências e assassinatos e o Coletivo LGBTI+ inspirado nas experiências das campanhas das mulheres Sem Terra e das mulheres da Via Campesina, constrói a campanha contra a LGBTI+fobia no campo, com o tema: LGBTI+ existem e resistem no campo: Basta de Violência!

Com o objetivo de construir mecanismos para superar a LGBTI+fobia no campo se tornando uma tarefa necessária na construção de um projeto de sociedade emancipadora onde todas as existências sejam respeitadas, a campanha tem também o caráter de educar permanentemente e de maneira coletiva, para prevenir atos violentos de qualquer ordem contra sujeitos LGBTI+, criando medidas de prevenção e segurança, pois nos últimos anos com o aumento da violência, foi se percebendo dentro da organização que a violência poderia se caracterizar de duas maneiras. 1) sofrer perseguição de lideranças LGBTIfóbicas, pois à medida que o Coletivo LGBTI+ avança na pauta, desponta-se LGBTI+ como lideranças e o Movimento passa a ser um espaço político de atuação, ficando expostos ao risco de perseguição, expulsão e constrangimento de dirigentes que não avançaram na compreensão e utilizam de seu

status de poder para seguir praticando LGBTI+fobia; 2) serem vítimas de crimes de ódio, como no caso dos companheiros e companheiras mortos nos últimos anos.

No MST, nos últimos anos seis militantes assumidamente LGBTI+, foram assassinados de forma cruel, seus assassinos deixaram uma mensagem clara que as pessoas LGBTI+ devem esconder sua sexualidade e identidade em troca de permanecerem vivas. Em 19 de agosto de 2019, Aline da Silva, militante trans do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi degolada por dois desconhecidos na saída de uma festa no município de Arcoverde, em Pernambuco. Em 26 de janeiro de 2021, no município de Pau D'Arco, no Estado do Pará, Fernando dos Santos Araújo, gay Sem Terra, foi barbaramente executado. Ele era testemunha e um dos sobreviventes do massacre de Pau D'Arco, que matou dez Sem Terra em 24 de maio de 2017.

No dia 01 de maio de 2021, Lindolfo Kosmaski foi brutalmente assassinado no município de São João do Triunfo no estado do Paraná, foi baleado e logo em seguida teve seu corpo carbonizado dentro do carro que pertencia a Lindolfo e a família. No dia 08 de julho de 2021, Pedro Felipe, jovem, gay, negro, morador do Acampamento Marielle Vive em Valinhos - SP em função da LGBTIfobia, cometeu suicídio.

Em janeiro de 2022, Nany de Souza Araújo teve seu corpo encontrado boiando no Rio Cricaré no município de Nova Venécia no Espírito Santo. Ela estava em processo de assumir a identidade trans. Até hoje, o culpado não foi encontrado e/ou julgado. Em julho, Severino Bernardo da Silva, conhecido como Suzy (Gay Sem Terra) que residia no pré - Assentamento Vanderlei Caixe, localizado no município de Pedras de Fogo, na Paraíba foi assassinado e seu corpo foi encontrado em sua residência, com sinais brutais de violência e ódio por todo o corpo.

O Brasil continua sendo o país que mais mata LGBTI+ no mundo, isso só comprova o quanto precisamos avançar com urgência nessa longa jornada de enfrentamento à barbárie.

**Figura 03 – Cartaz da campanha contra a LGBTI+fobia no campo - Construção dos Coletivos do MST e Via Campesina Brasil**



Fonte: Página do MST: <https://mst.org.br/download/campanha-contr-a-lgbtifobia-no-campo/>

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) segue promovendo ações internas de conscientização, de formação, tanto quanto organizativas para potencializar os debates internos sobre a dimensão da diversidade sexual e de gênero na luta pela Reforma Agrária Popular, e no aprofundamento dessas dimensões em seu programa agrário. A luta contra a LGBTfobia no campo, também exige uma articulação mais afinada entre os movimentos sociais populares do campo e com os movimentos populares urbanos. Essas ações levam cada vez mais à certeza de que a construção da emancipação humana é um processo coletivo que envolve muitas mãos e muitas dimensões da existência humana. Nesse sentido, combater as desastrosas consequências do desenvolvimento do capital no campo em sua forma do

agronegócio, exige incondicionalmente combater todas as formas de violência no campo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo ousou delinear algumas evidências sobre a violência contra os corpos das LGBTI+ que vivem no campo, não cabendo haver conclusões neste momento sobre uma discussão que apenas se inicia.

O agronegócio como modelo de agricultura que serve ao sistema capitalista, reforça a cultura das relações de opressão e na configuração de violências contra determinados corpos e suas formas de existência, tanto na exploração da natureza e dos seres humanos.

A crise sociocultural, política, educacional, econômica e ambiental no Brasil atual é um projeto. Os retrocessos vividos nos últimos períodos servem para que a classe trabalhadora reflita sobre a dominação cultural. A luta contra a LGBTI+fobia é atravessada por um conjunto de determinações históricas, e essas dimensões são influenciadas por valores patriarcais. Ou seja, uma herança histórica que se perpetua desde o início do processo de organização da sociedade capitalista e que, ao longo do tempo, foi ganhando elementos e formas diferentes de incidir violentamente sobre os corpos e as sexualidades diversas.

Assim como a soberania alimentar tem a ver com alimentação saudável, cultura, hábitos alimentares, sistema de produção locais e cooperação, respeito às relações ser humano/ser humano e ser humano/natureza para o bem viver em comunidade, um projeto de sociedade precisa superar as relações de opressão e dominação. Nesta perspectiva, a construção de relações sadias de cuidado com a terra, com o meio ambiente e com a vida, precisa incidir na desnaturalização dos padrões de comportamento, dos papéis sociais de gênero, dos tabus e preconceitos contra a diversidade humana - que é múltipla tanto em raça/etnia, quanto em identidade de gênero e orientação sexual - superando-se, assim, as violências e criando territórios com seres humanos emancipados.

Pensar os direitos humanos e a vida digna para a população do campo e da cidade requer incidir na base em que se estrutura a distribuição de terra, em que se

constitui o racismo, o patriarcado e a LGBTI+fobia, no contexto do capitalismo contemporâneo.

Não podemos falar de uma organização da classe trabalhadora como um todo se esta se constrói a partir de um sistema que acorrenta os corpos e desejos dos sujeitos para manter a ordem, reproduzindo violências contra as mulheres, negros, negras e LGBTI+. Para a superação de relações violentas, os Movimentos Sociais do Campo têm cumprido um papel relevante, sem deixar de enfrentar suas contradições, mas tomando em suas mãos a tarefa histórica para a constituição cotidiana de estratégias coletivas que visem a instituição de relações saudáveis com seres humanos emancipados.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. N; ASSUNÇÃO, I. ; PAZ, T.. “Diversidade Sexual e de Gênero”. in: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G. e VARGAS, M. C. (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2021, pp. 315-320.

CPT Nacional. **Conflitos do campo no Brasil/2022**. Goiânia: CPT Nacional, 2023.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. 1989. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?Article=1052&context=uclf>>

DELPHY, C, “Patriarcado (Teorias do)”. In: HIRATA, H. et al. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, 1 ed. pp. 173-178.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9ª. Ed. RJ: Civilização Brasileira, 1984.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonildo Servolo de. Agronegócio. In: ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 79 – 85.

MARIANO, A. e PAZ, T. T. “Diversidade Sexual e de Gênero no MST: primeiros passos na luta pela Liberdade Sexual”. in: NOGUEIRA, L. et al. (org.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018, pp. 289-313.

MARQUES, L. Atlas do envenenamento alimentar no Brasil. **Jornal da UNICAMP**. 07, dezembro, 2017. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques/atlas-do-envenenamento-alimentar-no-brasil>>. Acesso em 29/06/23.

MARX, K e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Martins Fontes: São Paulo, 2001.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: **O Capital. Crítica da Economia Política**. Volume 01. RJ: Boitempo, 2017.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. Rio de Janeiro: HUCITEC/Abrasco, 1994.

MST. “**Diversidade Sexual no MST: Elementos para o debate**”. Caderno de Formação nº 5. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, janeiro de 2017.

PERCASSI, J.; BONASSA, J. GUILHERME, S. “Cultura e Agroecologia”. in: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G. e VARGAS, M. C. (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2021, pp. 287-294.

STÉDILE, J. P. **Reflexões para análise de conjuntura interna**. Comunicação Oral. Assembleia da Militância do MST, 2021.

VIA CAMPESINA. **Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina**: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no Campo. 2020, pp.41-43)

WELZER-LANG, D. “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”. in: **Revista Estudos Feministas**. 2000. Ano 9, 2, pp. 460-482. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 28/06/2023, às 23:17.